

# GESTÃO DO RISCO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO A PARTIR DOS PRECEITOS DA METODOLOGIA COSO: ESTUDO MULTICASO

## RESUMO

A gestão com vistas a identificar eventos, avaliar e responder ao risco assume papel relevante frente ao conjunto de possibilidades que possam causar perdas financeiras, em meio a acirrada competitividade do sistema financeiro brasileiro. Toma-se por base os princípios da metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, em *COSO Report* e *COSO ERM*, como referencial teórico básico ao atendimento do objetivo deste estudo, o qual consiste na identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco, a partir do entendimento de gestores e inspetores, aplicados na gestão de cooperativas de crédito vinculadas ao sistema SICOOB SC. Para isto, realizou-se estudo exploratório-descritivo, com abordagem dos dados predominantemente qualitativa, por meio de estudo multicaso. Os resultados fornecem subsídios a gestão do risco ao evidenciar aspectos enfatizados com maior e menor relevância pelos entrevistados. Em linhas gerais, constatou-se que a gestão de riscos está adequadamente desenvolvida, entendida e aceita pela maior parte dos gestores e inspetores das cooperativas de crédito consultadas, os quais demonstram condições de identificar e administrar os riscos com eficácia.

**Palavras-chave:** Gestão do Risco. Metodologia *Coso*. Cooperativa de Crédito.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão do risco, em meio aos processos operacionais, faz-se importante em qualquer segmento da economia, mas no ambiente financeiro em que atuam as cooperativas de crédito tal prática de gestão assume significativa relevância, pois de forma combinada com outros princípios administrativos favorecem a continuidade da entidade junto ao mercado em que concorrem pela preferência dos clientes.

As cooperativas de crédito são constituídas por membros de determinado grupo econômico, social ou afins, com o intuito em desempenhar ações específicas, produção ou a geração de algo com benefícios comuns, podem tratar de diferentes formas os conceitos e princípios, mas sempre com o mesmo propósito, na grande maioria, de cooperar e colaborar, em favor de um único fim. Ressalta-se a importância das pessoas se organizarem junto a cooperativa de crédito, com vistas a obterem financiamento de baixo custo, fato que favorece melhoria da qualidade de vida aos participantes, além do retorno financeiro distribuído de forma democrática aos componentes e comunidades que as instituíram, os denominados associados.

As cooperativas de crédito, conforme Pinheiro (2006, p.7), “[...] são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, [...] além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor”. De acordo com a Lei número 5.764 de 1971, as cooperativas de crédito são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com firma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Nos atos normativos baixados pelo CMN, Conselho Monetário Nacional, e pelo BACEN, Banco Central do Brasil, as cooperativas de crédito classificam-se em: singulares, cooperativas centrais ou federações de cooperativas e as confederações de cooperativas. (BACEN, 2006).

As cooperativas de crédito, ao contrário dos outros tipos de instituições financeiras que visam o lucro econômico, têm por premissa o desenvolvimento social e econômico dos cooperados por meio da geração de resultados. Deste modo, a riqueza alcançada passa a compor o patrimônio de seus cooperados, e assim consolida a sustentabilidade como objetivo primordial.

No intuito de atender o objetivo deste estudo sobre a gestão do risco em cooperativas de crédito, faz-se uso da metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, em *COSO Report* e *COSO ERM*. Tal metodologia compreende práticas de governança corporativa e aborda métodos e conceitos de contabilidade gerencial, administração de empresas, economia, direito, entre outras áreas.

Por meio de estudo multicaso, utiliza-se a metodologia *COSO*, para a investigação de estrutura básica de gestão do risco acerca dos processos desenvolvidos no sistema organizado de cooperativa de crédito. Para a execução das atividades de gestão requer-se nível mínimo de aceitação pela cultura organizacional, considera-se necessário que todos compreendam suas responsabilidades na cooperativa, bem como a importância da identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco.

O objetivo deste estudo tem como foco principal a gestão do risco, neste sentido busca-se identificar o entendimento de gestores e inspetores sobre as práticas de identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco, adotados por entidades de cooperativa de crédito catarinense vinculadas ao sistema SICOOB SC. Diante do exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o entendimento dos gestores e inspetores das entidades de cooperativa de crédito frente aos aspectos de identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco?

## **2 COSO REPORT E COSO ENTERPRISE RISK MANAGEMENT - ERM**

Nos Estados Unidos da América (EUA), em 1985, a partir de iniciativa independente, fora criado, segundo Ferreira (2002), a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* (Comissão Nacional sobre Elaboração e Apresentação de Relatórios Financeiros) a chamada genericamente de Comissão *Treadway*, na época composta por uma comissão das principais associações de profissionais ligados à área financeira americana, apresenta como principal objeto de estudo a importância de controles internos na redução da incidência de relatórios financeiros fraudulentos.

Em outubro de 1987, a referida comissão divulgou o relatório final, no qual, de acordo com Boyton, Johnson e Kell (2002), a administração tem o dever de passar para o restante da entidade, que os controles internos desempenham papel fundamental na prevenção de fraudes, pois influencia o ambiente nos quais os relatórios financeiros são preparados. O atual Comitê de Organizações Patrocinadoras (*Committee of Sponsoring Organizations - COSO*) em 1992, desenvolveu o protocolo *COSO I*, também chamado de *The COSO Report* (BERGAMINI JUNIOR, 2005), que relaciona em sua estrutura tridimensional a maior observância de identificação e análise dos riscos internos e externos à organização, os quais conduzem à entidade num todo, partindo do pensamento da analogia entre a avaliação eficaz do controle interno na prevenção de relatórios financeiros fraudulentos.

A metodologia *Internal Control – a Integrated Framework (COSO Report)*, tem como princípio analisar e melhorar a efetividade dos controles internos, por meio de subsídios no intuito de que a administração e demais interessados possam utilizar e avaliar o sistema de controle, neste sentido, faz-se necessário estabelecer conceito único de controle interno para que as partes envolvidas tenham parâmetro comum, com a finalidade de avaliação e melhoramento constante de seus sistemas (BARBOSA, PUGLIESE e SPECCHIO, 1999).

Conforme *COSO* (2004a), além do foco gerencial no controle dos processos, constata a necessidade da gerência efetiva e eficaz do risco aliado a estrutura de governança corporativa. Neste sentido, em 2004, foi divulgado o documento Gerenciamento de Risco Empresarial – Estrutura Integrada (*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*), conhecido como *COSO II* ou *ERM*.

O método *COSO ERM*, além de preservar a estrutura integrada, expande no controle interno com foco extensivo a gerência de risco da empresa, com esta ferramenta as companhias podem decidir se espelhar nesta estrutura com vistas a satisfazer as necessidades internas de controle e ampliar os métodos gerenciais no alcance de seus objetivos. A premissa da gerência de risco empresarial, definida por *COSO* (2004a), consiste no processo, efetuado pelos gestores, gerência e qualquer pessoa, aplicados no ajuste da estratégia da corporação, dispostos a projetar e identificar os eventos potenciais que podem afetar a entidade, e conduzi-la ao risco, e assim fornecer garantia razoável a respeito da realização dos objetivos da entidade. De acordo com *COSO* (2004b), o modelo de gerenciamento do risco em *COSO ERM* apresenta os seguintes componentes: ambiente interno, definição de objetivos, identificação de eventos, avaliação do risco, resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento.

Segundo Moraes (2003), o gerenciamento de risco mostra-se relevante e deve ser aplicado na sua totalidade, tanto na entidade por completo quanto em cada unidade de negócio. Expõe-se que o modelo de gerenciamento do risco disposto por *COSO ERM*, como em todo método, apresenta limitações resultantes do julgamento humano dentro da tomada de decisão, os custos e os benefícios relativos, as falhas humanas, cujos fatos podem impossibilitar a diretoria e a gerência de ter a garantia absoluta a respeito de realização dos objetivos da entidade. (*COSO*, 2004a).

## 2.1 COMPONENTES DO *COSO*

O gestores buscam melhorar, de forma contínua, os processos internos com vistas a manterem-se no curso dos objetivos almejados, realização da missão, e principalmente, o foco voltado na minimização do inesperado. Neste sentido, destaca-se o fato dos sistemas de controle interno promoverem a eficiência necessária à redução do risco, a perda de recursos e a segurança de modo geral.

### 2.1.1 Identificação de Eventos

O componente identificação de eventos, abordado por *COSO ERM*, expõe fatores de ocorrências originadas por fontes internas ou externas que afetam a prática da estratégia ou a efetivação dos objetivos, conceituados por *COSO* (2007) como eventos, os quais podem causar impactos positivos, e deste modo representar oportunidades; ou impactos negativos, e assim gerar riscos que demandam avaliação e resposta da organização.

A incerteza que ronda na identificação dos eventos compreende conjunto de elementos improváveis, ou seja, incógnitas a serem levantadas de quando, como e onde, e se o evento que foi identificado irá mesmo ocorrer. A princípio, considera-se a faixa de eventos em potencial prováveis ocorrências, sem que o impacto seja favorável ou desfavorável. Deve-se priorizar para a identificação e a representatividade dos eventos com potencial impacto negativo, não obstante aqueles que representam oportunidades a serem aproveitadas.

Recomenda-se a identificação do evento de forma independente, e assim avaliar sua probabilidade de ocorrência e respectivo impacto positivo ou negativo. Contudo, conforme orientação *COSO* (2004b), existem limitações de ordem prática, em que destaca-se a dificuldade de distinguir o evento de forma independente para fins de mensuração do impacto. Os fatores influenciadores a serem compreendidos pela entidade como um todo

derivam do gerenciamento de riscos corporativos, por meio da ponderação e identificação prévia pela organização.

As técnicas de identificação de eventos baseiam-se em fatos do passado e em possibilidade de ocorrência no futuro. As técnicas voltadas a eventos passados e tendências consideram, por exemplo, questões como o inadimplemento enfrentado pela empresa, as flutuações dos preços, as variações das ações ou quotas. Já os eventos futuros devem ser considerados assuntos de características demográficas, novas condições de mercado e ações da concorrência. Neste contexto, as organizações mais avançadas em termos de gerenciamento de riscos corporativos se utilizam de combinações entre técnicas que aliam eventos passados e eventos futuros.

### 2.1.2 Avaliação do Risco

Em *COSO* (2005b) encontra-se o alerta sobre os desvios de alcance dos objetivos numa organização, por vezes associados a falta de identificação dos eventos e análise e avaliação do risco, fato que resulta em descontroles internos. O componente de avaliação do risco compreende a interação contínua e repetida das ações que ocorrem em toda e em tudo na organização. Sob a perspectiva gerencial, *COSO ERM* trata em separado a apreciação do risco como algo inerente, residual, estimativa probabilística e em relação aos impactos inclui a combinação de técnicas qualitativas e quantitativas.

Ao se avaliar o risco, deve-se considerar os fatores internos e externos que influenciam os eventos, a ponto de observar o quanto estes interferem e afetam os objetivos da organização. Decisões correlatas anteriormente tomadas, o porte da organização, a complexidade das operações e o grau de normas e regulamentos. Os gestores precisam tentar levar em consideração eventos previstos e imprevistos, rotineiros ou não, ou que por ventura já ocorreram ou mesmo já foram abordados em planos e programas de gestão operacional.

Conforme *COSO* (2007), os eventos em potencial são avaliados a partir de duas perspectivas – probabilidade e impacto. A probabilidade representa a possibilidade de que determinado evento ocorrerá, enquanto que o impacto representa o seu efeito. A determinação da medida de atenção em avaliar a gama de riscos, enfrentados pela organização, consiste em processos altamente complexos e de difícil controle. Neste contexto, os riscos com probabilidades reduzidas de ocorrência, geralmente não merecem grandes esforços, no entanto, os riscos com elevada probabilidade de ocorrência demandam o máximo de atenção.

As metodologias e técnicas existentes de avaliação do risco variam de forma diversa e particular a cada ramo empresarial, as quais compreendem sempre a combinação de técnicas e exames qualitativos e quantitativos. Presume-se que aspectos quantitativos apontam características mais precisas e geralmente são usadas em atividades mais complexas, por sua vez as qualitativas contribuem de forma complementar no entendimento da outra. Técnicas de análise e avaliação qualitativas se fundamentam essencialmente em ficha cadastral, documentação empresarial (por exemplo, contrato social, atas, relatórios de gestão), estudos sociais, ou de informações setoriais internas e externas, de mercado, dados acerca dos sócios e administradores. Em síntese, na gestão destes preceitos deve-se observar os principais riscos incorridos como riscos mercadológicos, corporativos, de inadimplemento, ecológicos, tecnológicos, entre outros.

A qualidade das avaliações das técnicas depende, em grande parte, do conhecimento e julgamento dos indivíduos envolvidos, da compreensão dos eventos potenciais, o contexto e a dinâmica envolvida e presenciada pela organização, bem como comparação em referências ao mercado. As técnicas quantitativas podem ser utilizadas para estimar a probabilidade do risco ou o impacto destes, metodologicamente de forma probabilística e não- probabilística.

Entretanto, deve-se considerar a fonte e a relevância dos dados para fins de avaliação quantitativa, e assim compor base informacional útil no momento da tomada de decisão.

Podem ser utilizados diferentes horizontes de avaliação do risco por meio dos modelos probabilísticos, para estimar seus resultados, os mais comuns são: valor de mercado, valor em risco (*Value At Risk* – VAR), análise de índices financeiros contábeis (índices de liquidez, solvência, de capital de giro, entre outros), fluxo de caixa, e as técnicas não-probabilísticas quantitativas do impacto de evento potencial, baseado em suposições sem atribuir a probabilidade da ocorrência, para estas, geralmente são utilizadas análises da sensibilidade, análise de cenários e testes do estresse (COSO, 2007). As técnicas de avaliação podem variar dentro da organização, pois a escolha da técnica deve refletir a necessidade do negócio, por unidade operacional. Existe a possibilidade de obtenção de medidas quantitativas do impacto de certo evento em relação a toda organização, concomitantemente as avaliações individuais de riscos, as quais podem ser identificadas em termos quantitativos.

O estabelecimento de termos comuns de probabilidade e do grau de impacto, por meio de toda a organização e categorias comuns de riscos facilita as avaliações combinadas dos riscos. Assim, a avaliação do risco demonstra pré-condição de identificar respostas internas de controle em relação aos riscos identificados.

### 2.1.3 Resposta ao Risco

A resposta ao risco compreende passo posterior a identificação de eventos e avaliação dos riscos pertinentes, nesta etapa observa-se como a administração responde aos riscos, ou seja, qual a melhor ou a favorável alternativa a ser escolhida no momento da tomada de decisão. As respostas incluem mecanismos nos quais se pretende evitar, reduzir, compartilhar ou mesmo aceitar os riscos. Ao se ponderar a resposta, avalia-se o efeito sobre a expectativa de ocorrência e o impacto do risco, bem como os benefícios e custos incorridos. De acordo com COSO (2007), as respostas aos riscos classificam-se nas categorias:

- evitar – evitar riscos pode implicar a descontinuidade de processos, atividades, funções, entre outros, cujos meios que geram riscos devem ser evitados;
- reduzir – significa adotar medidas no intuito de se reduzir a probabilidade e ou impacto dos riscos, tal procedimento abrange qualquer das possíveis ações gerenciais no curso diário do negócio;
- compartilhar – consiste na redução da probabilidade ou do impacto, dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco a outrem, de forma a haver tolerância aceitável dos riscos residuais; e
- aceitar – nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos, adverte-se que o risco intrínseco está dentro do nível tolerável.

Deve-se considerar a importância dos efeitos das respostas quanto à probabilidade e o impacto do risco, mensurar e avaliar quais respostas são admitidas pela organização, como os custos, os benefícios potenciais, e as possíveis oportunidades da organização em alcançar seus objetivos. Após a avaliação das alternativas de resposta aos riscos, os gestores decidem como será administrado o risco ao selecionar uma resposta ou a combinação de várias. A avaliação das alternativas de respostas ao risco inerente requer considerar os riscos adicionais que podem ser gerados. Dos quais, pode originar-se processo iterativo, e antes de finalizar a decisão, a administração deve prevenir-se contra os riscos adicionais (COSO, 2007).

Em decorrência do inesperado e das limitações a todos os processos e atividades desenvolvidos na empresa, faz-se necessário lembrar que o risco residual sempre acontecerá,

em qualquer nível, por isso a importância de se considerar a perspectiva da organização como um todo, e ainda, separadamente por departamento, unidade, funções e pessoas.

## 2.2 LIMITAÇÕES DO GERENCIAMENTO DO RISCO EMPRESARIAL - *COSO ERM*

A implantação de sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos contribuem significativamente em benefícios para a entidade, entretanto, na aplicação dos procedimentos de controle podem ocorrer falhas e na sua grande maioria, limitações que comprometem os objetivos almejados. Nestes casos, torna-se fundamental a utilização do controle adequado sobre cada sistema operacional e não-operacional, pois desse modo atinge-se os resultados mais favoráveis com menores desperdícios e desvios.

Dentre as principais limitações relacionadas aos sistemas de controle interno, de acordo com *COSO* (2007), aponta-se o fato de que ninguém é capaz de prever o futuro com absoluta certeza no gerenciamento do risco, e também, determinados eventos estão simplesmente além do controle da administração, além de relacionar-se ao fato de que nenhum processo nunca executará exatamente o que foi previsto. As limitações citadas estão intrinsecamente ligadas às realidades de julgamento das pessoas envolvidas na tomada de decisão, resposta ao risco e estabelecimento de controles. As implicações podem ser defeituosas, ocorridas a partir de falhas humanas, tais como erros ou intenções de erro, por 'colisão' de interesse de duas ou mais pessoas ou até mesmo por decisões de gerência.

Deve-se relacionar o custo de implantação de tal método em contra partida de seu benefício. *COSO* (2005a), sugere a aplicação dos preceitos contidos nos relatórios desenvolvidos por aquele comitê, como forma de diminuir os custos incrementais e ainda manter níveis apropriados de controle interno. Concomitantemente, tem-se a estrutura organizacional disponível, bem como as competências, conhecimentos, grau de responsabilidade e comprometimento dos profissionais envolvidos na gestão do risco e controle interno, como fatores limitantes na garantia razoável do alcance das estratégias.

Por fim, ressalta-se a importância de todas as pessoas conhecerem as atividades a serem desempenhadas, com vistas a utilização eficiente dos sistemas informatizados disponíveis, no intuito de se primar na geração de valor para a entidade e a promoção da garantia razoável de alcance dos objetivos traçados pela administração da empresa.

## 3 DEFINIÇÕES DE RISCOS

A atividade empresarial, por sua natureza, geralmente expõe-se a variada gama de riscos. Para Moore (1997, *apud* DACORSO, 2000), o risco trata de acontecimentos futuros e está presente na vida de todos e em diversas ocasiões, sem assumir riscos torna-se impossível o avanço econômico e até mesmo a manutenção do *status quo*.

De acordo com Vicente (2001), quando o risco existe deve haver ao menos dois possíveis resultados: probabilidade = 1 (incerteza) ou probabilidade = 0 (certeza). Moore (1997, *apud* DACORSO, 2000) complementa que a certeza de resultado futuro, pode tomar diferentes formas, por vezes desfavoráveis, enquanto a incerteza deriva de uma possibilidade diferente de zero, ou seja, acontecimentos menos favoráveis podem ocorrer.

O risco empresarial, conforme Jorion (1999), consiste na volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionada ao valor de ativos ou passivos de interesse. O mesmo autor denota que as empresas estão expostas a três riscos: risco operacional, o qual se assume voluntariamente a fim de criar vantagem competitiva e valorizar a empresa perante seus acionistas; o risco estratégico, que resulta de mudanças fundamentais no cenário econômico ou político; e o risco financeiro, ligado a possíveis perdas nos mercados financeiros.

### 3.1 RISCO DE MERCADO

Consiste nas perdas em virtude de comportamento adverso dos preços em condições de mudanças ocorridas no mercado (IUDÍCIBUS, *et al.*, 2003). Este risco pode ser dividido em quatro grandes áreas: risco do mercado acionário, risco do mercado de câmbio, risco do mercado de juros e risco do mercado de *commodities*. (LEMGRUBER, *et al.*, 2001). Para Jorion (1999) há dois tipos de risco de mercado, o *absoluto* e o *relativo*, enquanto o primeiro enfoca a volatilidade dos retornos totais mensurado pela perda potencial financeira, o segundo mede o risco em termos relacionado a algum índice de referência.

Conforme Silva Neto (1999), o risco de mercado tem relação com o preço e valor de bens, serviços, índices, *commodities*, entre outros, é também negociado em bolsas de valores, futuros, opções e mercadorias. E complementa ao afirmar que o risco de mercado tem relação direta a forma pela qual o preço de um bem ou derivativo se comporta no dia-a-dia, pois tal comportamento indica o ganho ou a perda por ocasião da compra.

### 3.2 RISCO DE LIQUIDEZ

De acordo com Marion (2002, p. 83), a liquidez consiste na capacidade de pagamento da empresa com vistas a saldar os compromissos assumidos, os quais podem ser considerados de longo, curto ou imediato prazo. De forma complementar, o *risco de liquidez de fluxo de caixa/obtenção de recursos*, classificado por Jorion (1999), compreende a impossibilidade de cumprir as obrigações relativas aos fluxos de caixa, o que pode forçar a liquidação antecipada de obrigações, fato que transforma perdas escriturais em perdas reais.

Conforme Rozo (2002), o risco de liquidez advém da deficiência de fundos para fazer face aos compromissos assumidos, principalmente, ocasionados em decorrência de gestão insatisfatória do caixa da empresa. Para Jorion (1999), o risco de liquidez pode ser considerado como *risco de liquidez de mercado/produto*, o qual surge quando a transação fica impossibilitada de ser conduzida pelos preços de mercado prevalecentes, devido a atividade insuficiente do mercado.

### 3.3 RISCO OPERACIONAL

Com a normatização do BACEN por meio da resolução 3.380, de 2006, a qual dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional; determinou em seu artigo 1º que às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. O normativo define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Jorion (1999) e Iudícibus, *et al.* (2003) complementam que o risco operacional resulta da perda em virtude de falha no gerenciamento, má administração, controles defeituosos ou erros humanos na execução dos procedimentos.

A gestão do risco operacional deve prever entre outros eventos, conforme Resolução 3.380 de 2006, o risco de fraudes internas e externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; risco de execução de práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso; fenômenos ou fatos de interrupções das atividades; o risco tecnológico ocasionado por erros de sistemas de informações; e falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

### 3.4 RISCO DE CRÉDITO

As razões que levam o cliente ao não-cumprimento da promessa, podem estar relacionadas ao seu caráter, a sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores adversos ou a sua incapacidade de gerar caixa, fatores estes considerados primordiais em análise por

qualquer credor na liberação ou venda ao devedor. Segundo Jorion (1999), o risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais, e ainda, seu efeito se mede pelo custo de reposição de fluxos de caixa, caso a parte fique inadimplente.

Para as instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN, por meio da Resolução 2.682 de 1999, foi determinado em classificar cada operação de crédito em ordem crescente de risco, seguindo critérios de provisionamento contábil, o qual gera despesa de igual valor, no mesmo montante em face às perdas prováveis por parte de seus clientes, respeitados os prazos de inadimplemento em cada operação. O crédito, em sentido restrito, consiste na entrega de um bem ou de um valor presente mediante a promessa de pagamento em data futura, e enquanto promessa de pagamento existe o risco. (SILVA, 1997).

Complementa Lemgruber, *et al.* (2001), que o risco de crédito pode ser dividido em três grupos: o risco do país, o risco político e o risco da falta de pagamento; entretanto, todos estão diretamente interligados com possíveis perdas de recursos que não mais serão recebidos.

### 3.5 RISCO LEGAL

De acordo com Iudícibus, *et al.* (2003), risco legal está intimamente ligado com a perda por não ser possível executar um contrato ou operação em virtude de documentação insuficiente, legalidade incerta, impossibilidade de execução em falências, entre outros. Os riscos legais afetam particularmente as instituições financeiras e as empresas constantemente dependentes de normas reguladas por órgãos governamentais, conforme Jorion (1999), os riscos legais incluem o risco de conformidade e o risco de regulamentação, cujas atividades resultem na violação de regulamentações governamentais, como manipulação de mercado e transações realizadas por pessoas com acesso a informações privilegiadas.

O risco legal, para Rozo (2002), consiste na documentação incorreta das transações, descumprimento da legislação vigente, novas leis, e decisões judiciais. A Resolução 3.380 de 2006, expõe que o risco legal engloba a inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela entidade.

Neste contexto, compreende-se o risco a entidade como algo que possa causar danos as pessoas ou ao negócio, ou seja, tenha o potencial de destruir estimação. Segundo Facco (2006), caracteriza por acontecimento negativo controlado e previsível, cujo compromisso com a prevenção e o controle de riscos não devem ser monopólio das grandes corporações.

## 4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa expõe o entendimento dos gestores e inspetores sobre práticas de atuação frente a identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco junto ao sistema de cooperativas de crédito de Santa Catarina - SICOOB SC, acerca do tema gestão, tomando-se por base os componentes da metodologia COSO. O objetivo desta pesquisa apresenta perspectiva exploratória-descritiva, não elabora hipótese a ser testada, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre o assunto investigado (CERVO; BERVIAN, 1983).

O estudo é estabelecido como exploratório pelo fato de ser incipiente os estudos voltados à aplicação da metodologia COSO como ferramenta informacional, em pesquisa científica, com vistas a condução ou direcionamento de negócios em cooperativas de crédito. Este estudo é descritivo, pois relata os aspectos de gestão do risco em cooperativas de crédito. Conforme Marion; Dias e Traldi (2002, p. 62), a pesquisa descritiva “implica observação,



registro e análise do objeto que está sendo estudado”. De acordo com Gil (1999), a aplicação de pesquisa descritiva combinada com pesquisa exploratória é habitualmente utilizada por pesquisadores sociais que se preocupam com a atuação prática.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se como multicaso, conceituado por Gil (1999) como estudo aprofundado e exaustivo que permite conhecimentos amplos e detalhados de um ou muitos objetos. Realizou-se a coleta de dados por meio de questionário estruturado, o qual compõe base do planejamento de pesquisa científica, classificado de acordo com Ruiz (1989), como a formulação real de investigação planejada, estruturada e rescrita que segue as normas metodológicas articuladas pela ciência.

Na primeira parte dos questionamentos, para gestores e inspetores, buscou-se obter informações a respeito do perfil característico de cada pessoa, como: idade, sexo, grau de escolaridade e tempo de trabalho na cooperativa. Na segunda parte, as perguntas apresentam escalonamento por meio da possibilidade de classificação, conforme entendimento do respondente, sobre o questionamento proposto. Neste sentido, solicitou-se a classificação da resposta de acordo com a relevância atribuída, para isto, o respondente utiliza-se como medição a variação em escala de importância, a qual parte do ponto mínimo enumerado por 1, até a classificação máxima de relevância 4. Deste modo, verifica-se a relevância atribuída, por meio da classificação, a partir do entendimento de gestores e inspetores respondentes, sobre as práticas de gestão exercidas na cooperativa, baseados nos componentes de *COSO*, frente aos aspectos de identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco. A aplicação da pesquisa ocorreu no período de 16 de agosto a 20 de setembro do ano de 2007.

## 5 DESCRIÇÃO E RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa buscou informações junto aos gestores e inspetores, e de início, com o intuito de conhecer o perfil característico de cada pessoa, questionou-se sobre: idade, sexo, grau de escolaridade e tempo em que trabalha na cooperativa. Dentre as 45 cooperativas de crédito existentes e consultadas que atuam no sistema SICOOB SC, obteve-se resposta em 17 cooperativas, as quais contribuíram na composição da amostra com 66 respondentes as questões propostas. A amostra compõe-se de 59 gestores e 7 inspetores, ou seja, dentre os respondentes, 89% são gestores 11% inspetores, e ainda, 74% são do sexo masculino e 26% do sexo feminino.

Quanto a idade, 23% se encontra na faixa etária de 21 a 30 anos; 27% de 31 a 40 anos; 29% de 41 a 50 anos; e 21% tem mais de 50 anos. Quanto a escolaridade, 3% possui ensino fundamental completo; 5% tem o ensino médio incompleto; 3% concluiu o ensino médio; 12% tem superior incompleto; 39% possui superior completo; 30% fez especialização; e 8% concluiu mestrado e ou doutorado. No que trata do tempo em que trabalha na cooperativa, dentre os respondentes, 2% está no emprego a menos de 1 ano; 12% de 1 ano e 1 dia a 4 anos; 29% de 4 anos e 1 dia a 7 anos; 27% de 7 anos e 1 dia a 10 anos; e 30% a mais de 10 anos.

Em seguida, investiga-se a opinião dos gestores e inspetores, quanto ao grau de ponderação atribuído por eles, em relação aos preceitos fundamentados nos princípios de *COSO ERM*, acerca da identificação de eventos, avaliação do risco e resposta ao risco. A presente pesquisa utiliza-se, para efeitos de medição nas alternativas apresentadas aos entrevistados, o escalonamento que classifica a relevância, o qual varia da escala de irrelevante, o qual parte do ponto mínimo enumerado por 1, até a classificação máxima de relevância enumerado por 4.

A respeito do elemento **Identificação de Eventos**, estudaram-se seis princípios de modo a tentar perceber a importância de que os gestores e inspetores quantificam sobre os

fatores de ocorrências originadas por fontes internas ou externas, os quais afetam a estratégia ou a efetivação dos objetivos da cooperativa.

Na abordagem que trata da identificação de eventos, em concordância com a metodologia *COSO ERM*, identifica-se eventos que derivam da política e cultura organizacional voltada ao gerenciamento do risco, cujos aspectos observa-se no âmbito da organização e também no nível da atividade exercida por cada pessoa, ou seja, a ponderação das oportunidades e dos riscos demanda base em percepções internas dos colaboradores. Por meio da Tabela 1, expõe-se classificação de relevância na identificação de eventos, a partir da perspectiva de gestores e inspetores.

**Tabela 1** – Comparativo da classificação de relevância na identificação dos eventos.

QUESTÕES	GESTORES (%)				INSPETORES (%)			
	1	2	3	4	1	2	3	4
	Mínimo		Máximo		Mínimo		Máximo	
Q1 – São identificados os eventos potenciais que afetam a execução das estratégias ou a realização dos objetivos da Cooperativa?	2	8	36	54	-	-	29	71
Q2 - Os gestores reconhecem a importância de identificar os fatores internos e externos e os tipos de eventos prováveis que afetam a Cooperativa?	-	10	25	64	-	-	29	71
Q3 - Existem meios ou técnicas de identificar potenciais eventos que serão tratados estrategicamente entre prováveis Riscos ou Oportunidades?	3	19	29	49	-	-	14	86
Q4 – Os gestores compreendem como os eventos se relacionam distinguindo os Riscos e as Oportunidades?	2	15	29	54	-	-	29	71
Q5 - Os eventos mesmo com uma possibilidade relativamente baixa de ocorrência, têm seu impacto considerado?	2	19	32	49	-	29	14	57
Q6 – Os eventos que representam Oportunidades são aproveitados e canalizados estrategicamente ao alcance dos objetivos?	2	12	20	66	-	-	57	43

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se, de acordo com a Tabela 1, os princípios qualificados como de suma importância, com classificação predominantemente de nível 4, a saber: questão 1, identificar os eventos potenciais que afetam a execução das estratégias ou a realização dos objetivos da cooperativa; questão 2, os gestores reconhecerem a importância de identificar os fatores internos e externos e os tipos de eventos prováveis que afetam a cooperativa; questão 4, a compreensão por parte dos gestores de como os eventos se relacionam distinguindo entre os riscos e as oportunidades.

Conforme Tabela 1, quanto aos princípios da questão 3, instituir meios ou técnicas na identificação de potenciais eventos tratados de forma estratégica como prováveis riscos ou oportunidades, e da questão 6, os eventos que representam oportunidades são aproveitados e canalizados estrategicamente ao alcance dos objetivos, resultou na desarmonia entre as opiniões dos gestores e inspetores. Enquanto o grupo de inspetores apontou o princípio da questão 3 com 86% de afirmações com classificação de relevância máxima, os gestores classificaram o princípio da questão 6 como mais importante, com 66% de relevância máxima. O que se tem a recomendar, assim como o próprio *COSO ERM* já relata, os eventos constituem incidências internas e externas originadas por fatores que afetam a implementação

das estratégias ou realização dos objetivos de qualquer empresa. Por isso, tornam-se imprescindíveis o uso de técnicas de identificação e ao mesmo tempo, aproveitamento das oportunidades geradas.

De acordo com a Tabela 1, ao questionar se os eventos, questão 5, mesmo com possibilidade relativamente baixa de ocorrência, devem ter seu impacto considerado, constatou-se que 53% dos gestores não classificaram com nível 4, comparativamente aos inspetores com classificação de 43%. Por isso, considera-se indispensável à estimação de prováveis ocorrências, os impactos possíveis, ou as oportunidades que possam vir a acontecer, apesar das ponderações alocadas pelos respondentes (questões 3, 5 e 6); pois a gestão do risco empresarial eficiente torna indispensável a estruturação harmônica das unidades-funções com os processos desenvolvidos de análise, avaliação e resposta ao risco.

Na análise da **Avaliação dos Riscos** incorridos na cooperativa, perguntou-se aos gestores e inspetores, além dos preceitos da metodologia *COSO*, assuntos de importância existentes no ramo do cooperativismo de crédito. Abordou-se aspectos relacionados as diretrizes referendadas pela resolução 2.682 de 1999 que trata sobre riscos em operações de crédito, e sobre a resolução 3.380 de 2006, a qual trata dos riscos operacionais, com implantação efetiva até 31 de dezembro de 2007. Destaca-se as duas resoluções citadas por serem as mais importantes quanto ao gerenciamento do risco para a cooperativa de crédito.

Dito isto, expõe-se a Tabela 2, como comparativo na classificação de relevância para avaliação do risco.

**Tabela 2** – Comparativo da classificação de relevância na avaliação do risco.

QUESTÕES	GESTORES (%)				INSPETORES (%)			
	1	2	3	4	1	2	3	4
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Q1 – É utilizado alguma combinação de técnicas qualitativas e/ou quantitativas na avaliação dos riscos inerentes a atividade e processos da Cooperativa?	2	7	27	64	-	-	29	71
Q2 – Na avaliação dos diversos riscos a Cooperativa considera os eventos previstos e inesperados?	-	19	29	53	-	-	43	57
Q3 – São estimados o potencial impacto dos riscos e a probabilidade de ocorrência deles?	2	5	47	46	-	-	29	71
Q4 - A Cooperativa leva em consideração plenamente as diretrizes arroladas pela Resolução 2.682/1999 quanto ao risco nas operações de créditos?	2	8	14	76	-	-	-	100
Q5 - E quando se refere sobre os riscos operacionais, de acordo com a Resolução 3.380/2006 do BACEN, é avaliada a possibilidade de ocorrências?	2	8	31	59	-	-	29	71
Q6 - E em relação aos riscos de mercado, de liquidez, legal,... são avaliados constante e assiduamente pela Cooperativa?	-	5	32	63	-	-	14	86
Q7 - É considerada a potencial ocorrência de fraudes (internas e externas) nas avaliações dos riscos e áreas de elevado riscos?	3	8	34	54	-	-	-	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Evidenciou-se, na pesquisa do componente de identificação de eventos que a estrutura de gerenciamento do risco operacional deva estar capacitada a atuar preventivamente, e assim reduzir as possíveis perdas financeiras. Para tanto, neste estudo perguntou-se aos gestores e

inspetores quanto ao grau de relevância das diretrizes arroladas pela resolução 2.682 de 1999, acerca do risco nas operações de créditos, e em referência com a resolução 3.380 de 2006. De acordo com a Tabela 2, questão 4, destaca-se a classificação de nível 4 para 100% dos inspetores quanto a importância da resolução 2.682 de 1999, comparativamente a 76% dos gestores, logo, os 24% dos restantes de gestores não consideram completo as diretrizes referendadas por aquele normativo, em tratado-se dos riscos que possam ocorrer ao longo da operação de crédito.

De acordo com a Tabela 2, ao serem questionados sobre riscos operacionais, questão 5, novamente não se obteve consonância nas respostas dos entrevistados, pois 59% dos gestores atribuem classificação máxima de nível 4, enquanto 71% os inspetores classificam nível máximo avaliar a possibilidade de ocorrências ao risco operacional. A discordância observada, quanto a aplicação da resolução 3.380 de 2006, atribui-se a inserção de conceitos relativamente inovadores.

Toma-se por base a Tabela 2, segundo categorização predominante atribuídas ao nível 4, tanto entre gestores quanto entre inspetores, aponta-se os princípios de destaques na avaliação do risco, a saber: questão 1, utilizar alguma combinação de técnicas qualitativas e ou quantitativas na avaliação dos riscos inerentes a atividade e processos da cooperativa; questão 2, na avaliação dos diversos riscos a cooperativa tem que considerar os eventos previstos e os inesperados; questão 4, levar plenamente em consideração as diretrizes conforme resolução 2.682 de 1999 quanto ao risco nas operações de créditos; questão 5, quanto aos riscos operacionais, avaliar a possibilidade de ocorrências de acordo com preceitos da resolução 3.380 de 2006; questão 6, avaliar constantemente os riscos de mercado, de liquidez, legal, entre outros; e questão 7, considerar potencial ocorrência de fraudes internas ou externas nas avaliações dos riscos e áreas de elevados riscos.

Conforme Tabela 2, questão 3, sobre a existência de estimação do potencial impacto dos riscos e a probabilidade de ocorrência deles, 46% dos gestores se mostraram a favor dessa premissa, ressalta-se, entretanto, que 71% dos inspetores atribuem classificação máxima. A importância desse questionamento compreende fundamento basilar da gestão do risco empresarial, pois de acordo com a resolução 3.380 de 2006 a estrutura de gerenciamento do risco operacional deverá satisfazer mecanismos que permitam identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos.

Por meio da Tabela 3, expõe-se a comparação de classificação de relevância em relação ao componente **Resposta ao Risco**, por gestores e inspetores.

**Tabela 3** – Comparativo da classificação de relevância na resposta ao risco.

QUESTÕES	GESTORES (%)				INSPETORES (%)			
	1	2	3	4	1	2	3	4
	Mínimo		Máximo		Mínimo		Máximo	
Q1 – Ao avaliar as respostas aos riscos a administração considera seus efeitos sobre a probabilidade e o impacto positivo e negativo?	-	3	47	49	-	-	29	71
Q2 – Os Gestores consideram os custos em relação aos benefícios e às novas oportunidades?	-	14	32	54	-	14	-	86
Q3 – Os Gestores consideram os riscos adicionais que podem surgir a partir de uma tomada de decisão?	-	7	37	56	-	-	14	86
Q4 – Em resposta ao risco, a Cooperativa considera a partir de uma perspectiva de toda a Entidade?	-	12	31	58	-	-	14	86

Fonte: Dados da pesquisa.

O BACEN, por meio da resolução 3.380 em 29 de junho 2006, demonstra ampliar o foco de fiscalização e mostra-se menos tolerante aos erros resultantes de má gestão operacional. Portanto, as premissas do referido normativo tornam obrigatórias às instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar com estrutura de gerenciamento do risco operacional, e ainda, elaborar de forma periódica os relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional. Também, devem compor relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive de processamento eletrônico de dados, de riscos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A análise das questões do componente de resposta ao risco, Tabela 3, expõe-se que na maior parte das respostas fora atribuído classificação máxima em relação aos princípios questionados, a exceção aplica-se a questão 1, a partir da perspectiva dos gestores, na qual pergunta-se sobre a ocorrência de avaliação das respostas aos riscos, se a administração considera seus efeitos sobre a probabilidade e o impacto positivo e negativo, em que 49% dos gestores aprovaram tal princípio com classificação de nível 4, comparativamente aos 71% de concordância da parte dos inspetores.

A ocorrência de respostas aos riscos com efeitos positivos ou negativos está relacionada diretamente com a decisão tomada, pois em praticamente todas as respostas aos riscos também incidem alguns custos sejam eles diretos ou indiretos, ponderados ou não. O custo de implementação de respostas como de processo, de recursos humanos ou de tecnologias, consistem em tentar manter de forma contínua os benefícios associados com medidas preventivas frente ao risco. De acordo com as classificações por relevância relacionadas a resposta ao risco e respectivo impacto positivo e negativo, expresso na Tabela 3, ressalta-se a importância sobre: questão 2, os custos relacionados e benefícios e novas oportunidades; questão 3, os riscos adicionais gerados a partir da tomada de decisão; e questão 4, em resposta ao risco, considerar a partir de perspectiva que compreenda toda a entidade.

Assim como ressalta *COSO ERM*, da mesma forma que a identificação de eventos favorecer a percepção de oportunidades, canalizadas para definição das estratégias e objetivos, por sua vez, respostas aos riscos também subsidiam o alcance destes. Entretanto, a principal função do gestor da cooperativa está relacionada ao ato de decidir em quais alternativas serão utilizadas e implementadas, além de desenvolver processos que assegurem a implementação efetiva.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização deste estudo possibilitou visualizar o posicionamento de gestores e inspetores que atuam em cooperativas de crédito frente ao tema gestão do risco, com foco na identificação de eventos, avaliação e resposta ao risco. Pois, o pleno desempenho das atividades internas e externas da cooperativa de crédito, depende, em grande parte, da percepção dos colaboradores sobre aspectos relacionados a fatos e práticas com potencial capacidade de influenciar os resultados operacionais.

Deste modo, os resultados obtidos fornecem subsídios para a gestão do risco ao evidenciar os aspectos enfatizados pelos respondentes comparativamente aos aspectos considerados de menor relevância. Neste contexto, em relação a identificação de eventos, ressalta-se a necessária aplicação de técnicas de identificação concomitantemente ao aproveitamento das oportunidades geradas, ou até mesmo, atuar preventivamente com vistas a evitar ou reduzir perdas.

Quanto a avaliação do risco, destaca-se a menor ênfase apontada por gestores e inspetores sobre a relevância em considerar os eventos previstos e inesperados, e ainda, a importância em estimar o impacto do risco e a probabilidade de ocorrência dos eventos, pois, considera-se tais aspectos como fundamentais a manutenção do desenvolvimento das atividades das entidades. No que trata da resposta ao risco, constata-se a atenção dada aos possíveis custos a serem gerados a partir da tomada de decisão frente ao risco, pois a alternativa ser escolhida deve impactar o mínimo possível em termos de custos, além de permitir implantação efetiva e que seja eficaz.

Por fim, em termos gerais, ressalta-se que a gestão de riscos contribui para a manutenção e criação de valor da cooperativa. Neste contexto, conforme a amostra estudada, a gestão de riscos está adequadamente desenvolvida, entendida e aceita pela maior parte dos colaboradores das cooperativas de crédito consultadas, os quais demonstram condições de identificar e administrar os riscos com eficácia.

## REFERÊNCIAS

BACEN. **Cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2006, 118p.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 2.682 de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/principal.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 3.380 de 29 de junho de 2006**. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/principal.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

BARBOSA, D. O.; PUGLIESE, W. R.; SPECCHIO, S. R. A. **Novas Metodologias**. São Paulo: IBCB, 1999. 83 p.

BERGAMINI JUNIOR, S. **Controles internos como um instrumento de governança corporativa**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 149-188, dez. 2005.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5764.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Enterprise Risk Management - Integrated Framework**: Executive Summary. 2004a. Disponível em: <<http://www.coso.org/Publications/>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Enterprise Risk Management - Integrated Framework**: Framework. 2004b. Disponível em: <<http://www.coso.org/Publications/>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Internal Control - Integrated Framework**: Executive Summary Draft. 2005a. Disponível em: <<http://www2.fei.org/files/>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Internal Control - Integrated Framework**: Guidance Draft. 2005b. Disponível em: <<http://www2.fei.org/files/>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Gerenciamento de riscos corporativos estrutura integrada:** Sumário Executivo e Estrutura. 2007. Disponível em: <<http://www.coso.org/Publications/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

DACORSO, A. L. R. **Tomada de decisão e risco:** A administração da inovação em pequenas indústrias químicas. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

FACCO, E. Na estratégia, o Risco Maior. *In:* INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Uma década de governança:** História do IBGC, marcos da governança e lições da experiência. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, L. E. A. **Entendendo o COSO:** Um roteiro prático para entender os princípios do COSO. Campinas. 2002. Disponível em: <<http://www.auditoriainterna.com.br/coso.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; et al. **Dicionário de termos de contabilidade.** 2. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

JORION, P. **Value At Risk:** a nova fonte de referência para o controle do risco de mercado. São Paulo: BM&F, 1999.

LEMGRUBER, E. F.; et al. **Gestão de risco e derivativos:** uma aplicação no Brasil. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C.; DIAS, R.; TRALDI, M. C. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia.** São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, J. C. F. **Análise da eficácia da disseminação de conhecimentos sobre controles internos após sua implementação no Banco do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 4. ed., Brasília: BCB, 2006, 66p.

ROZO, J. D. Controle Interno como Variável Explicativa do Sucesso Empresarial. *In:* SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE, 2., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/seminario2/trabalhos/252.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2007.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito.** São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA NETO, L. A. **Derivativos:** definições, emprego e risco. São Paulo: Atlas, 1999.

VICENTE, E. F. R. **A estimativa do risco na constituição da PDD.** Dissertação – (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2006.